



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO
AMBIENTE**

PRESIDENTE: RUBINHO NUNES

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: CEU VILA RUBI

DATA: 06/11/2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de vídeo
- Manifestação fora do microfone

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Boa noite a todos.

Na presença do Vereador Rodrigo Goulart e na qualidade de membro da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 56ª Audiência Pública no ano de 2023.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online; pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicadas desde o dia 24 de outubro no Diário Oficial da Cidade; dia 21, no jornal *O Estado de S. Paulo*; e dia 23, no jornal *Folha de S. Paulo*.

Informo que as sugestões ao PL 586/23 do Executivo podem ser apresentadas pelo *hotsite* www.saopaulo.sp.leg.br/zoneamento2023/audiencias-publicas.

As inscrições para pronunciamentos podem ser feitas neste momento junto à secretaria da Comissão.

Foram convidados para esta audiência – e quando presentes, por favor, manifestem-se - Sr. Marcos Duque Gadelho, Secretário Municipal de Urbanismo e Licenciamento, há algum representante, além do vídeo que nos enviaram? (Pausa) Não há representante; Sr. Alexandre Modonezi de Andrade, Secretário Municipal das Subprefeituras enviou subprefeitos ou seus representantes os quais anunciarei em breve; Dr. Marcus Vinicius Monteiro dos Santos, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de São Paulo, presente ou há algum representante? (Pausa) Não; Dr. Florisvaldo Fiorentino Junior, Defensor Público Geral, presente ou há representante? (Pausa) Não. Agora passo a chamar os subprefeitos ou seus representantes que, por favor, dirijam-se para comporem a Mesa: Sr. Alan Eduardo do Amaral Sebastião, Subprefeito de Campo Limpo, representado por Tereza Cristina dos Santos Bezerra; Claudio Schefer Jimenez, Subprefeito da Capela do Socorro; Rogério Balzano, Subprefeito de Cidade Ademar, representado por Sergio Shiguera Higuera; Sr. Adinilson José de Almeida, Subprefeito do Ipiranga, há representante? (Pausa); Sr. Roberto Bonilha, Subprefeito do Jabaquara, representado por

Mauro Careli; Sr. João Paulo Lo Prete, Subprefeito de M'Boi Mirim, há representante? (Pausa); Sr. Marco Antônio Furchi, Subprefeito de Parelheiros, há representante? (Pausa) Não; Sra.Thamyris Nagell Eloy Bernardo, Subprefeita de Santo Amaro, há representante? (Pausa) Não. Sr. Luís Felipe Miyabara, Subprefeito de Vila Mariana. Há representante? (Pausa); Não.

Registre-se a presença da Vereadora Luana Alves. Tudo bem?

Passemos à pauta da 9ª Audiência Pública do PL 586/2023 do Executivo, Prefeito Ricardo Nunes. “Dispõe sobre a revisão parcial da Lei nº 16.402, de 22 de março de 2016, visando à compatibilização de seu texto original com as supervenientes alterações decorrentes da promulgação da Lei nº 17.975, de 8 de julho de 2023 - Revisão Intermediária do Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo, nos termos da previsão de seu art. 126, e dá outras providências”.

Pessoal, dando início, agradeço a presença de todas as senhoras e senhores, lembrando que as inscrições continuam abertas, à esquerda do palco, junto à secretaria da Comissão.

Para iniciar vamos à apresentação da Secretaria Municipal de Urbanização e Licenciamento que passará no telão e logo após passaremos às inscrições. Pergunto a Vereadora Luana se quer fazer alguma colocação agora. (Pausa) A fala da Vereadora será após a apresentação, e então passaremos também a fala das senhoras e dos senhores.

- Exibição do vídeo da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Após a apresentação da Secretaria Municipal de Urbanismo e Licenciamento, mais uma vez agradeço e cumprimento todas e todos.

Gostaria de chamar para compor a Mesa, representando o Subprefeito de Parelheiros, Sr. Marco Furchi, Sr. Jefferson Moraes, Coordenador de Governo Local; também o Lo Prete, Subprefeito do M'Boi Mirim, por favor, venha compor a Mesa conosco.

Passemos à pauta. Gostaria da lista de inscrição. É a última chamada para que façam as inscrições. Como anunciei no início da audiência pública, ficariam abertas por 30 minutos. Gostaria que levantasse a mão, se houver mais alguém que quer fazer a inscrição. (Pausa) Mais

um. Por favor, inscrição ali. Estão encerradas as inscrições.

Pergunto aos membros da Mesa e às Vereadoras presentes se gostariam de fazer uso da palavra agora. (Pausa) Então passaremos aos munícipes, depois os membros da Mesa farão suas contribuições.

Primeiro inscrito, Sr. Michel Polmer, Golf Center Interlagos. Por favor, Sr. Michel, suba ao palco. Se alguém for portador de necessidade especial, pode fazer uso da palavra também aí embaixo com o microfone sem fio. Sr. Michel tem três minutos regimentais.

O SR. MICHEL POLMER – Meu assunto é muito breve. Primeiro, boa noite para todos. Eu não vou querer perder muito tempo.

Estamos na Avenida Atlântica, uma avenida com 35 metros de largura e seis vias. E teve um zoneamento comercial, 40 metros a cada lado, também ao lado da Represa, que não é APP, área de proteção permanente. Em 2014, mudaram o zoneamento do dia para a noite para ZEPAM, e isso deixou alguns imóveis e atividades irregulares. Peço incluir na revisão do Plano Diretor um zoneamento compatível com as atividades da região e demandas da população.

Na parte da orla da represa, com restaurantes, bares, clubes, parques e marinas, sugiro rever o zoneamento permitido, incentivando essas atividades, incluindo os parques públicos que hoje estão impedidos de construir banheiros, quiosques e demais melhorias.

Sugestão: em outros municípios incluíram um zoneamento de interesse turístico para, exatamente, facilitar o desenvolvimento turísticos previsto na orla da Represa Guarapiranga, no Projeto de Lei 330/2021, de autoria do nosso grande Rodrigo Goulart, ainda em mandamento (sic). Isso poderia viabilizar também a colocação da exposição temporária do padroeiro da Cidade, o Apóstolo Paulo, temporariamente, aguardando uma posição ou liberação da Administração desta Cidade. Por trabalhar com monumentos que requeriam a inclusão de outros locais, como Pico do Jaraguá, por exemplo, e outros pontos de interesse turístico, com um zoneamento específico turístico, facilitando investimentos em projetos destes. Uma comissão da Secretaria de Turismo poderia identificar mais locais a serem incluídos na revisão do Plano Diretor.

Muito obrigado. Quanto tempo eu gastei?

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sr. Michel, pelas contribuições.

Próximo inscrito, Sr. Marcos de Andrade Ribeiro, que se colocou aqui como contribuinte. E já peço para se preparar o próximo inscrito, Sr. Marcelo Siqueira Moreira. Três minutos regimentais, por favor.

O SR. MARCOS DE ANDRADE RIBEIRO – Obrigado. Boa noite a todos, ao nobre Vereador Rodrigo Goulart, Subprefeito Dr. Claudio Schefer e a todos, contribuintes ou não, que estão aqui.

O que nós vimos lutando é por um zoneamento justo na Avenida Atlântica, porque a ZEPAM vai desde a 102-ZP até o Clube Castelo, se não me engano. Também gostaria da possibilidade de uma avaliação da retirada de restrição arbórea junto do Parque Modernista, na Vila Mariana, na Rua Santa Cruz, porque é uma região já cheia de prédios que não tem lógica alguma haver uma restrição arbórea ali, já tem prédios anteriores a essa restrição.

É isso. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Marcão. Próximo inscrito, Sr. Marcelo Siqueira Moreira, Associação Comunitária Parque Vila União, CPM Lideranças SP.

O SR. MARCELO SIQUEIRA MOREIRA – Boa noite a todas. Boa noite a todos. Boa noite à Mesa, a todos os vereadores presentes, na pessoa do Sr. Rodrigo Goulart, Sr. Claudio Schefer, da Capela do Socorro.

Pessoal, nossa vinda aqui é para falar especificamente da nossa região. Eu sou do Grajaú, Jardim Myrna. Nós viemos representar a Comunidade Vila União, que tem hoje uma definição, dentro do zoneamento, como dentro de uma área de ZEPAM. Na última audiência pública, a primeira inclusive, a gente colocou muito bem essa coisa das áreas de ZEPAM que temos na Capela do Socorro e também em Parelheiros. Nós temos muitas famílias morando nessas áreas. A gente tem obrigação de falar que essas famílias têm que ser alocadas nesse novo zoneamento. Elas não podem ser excluídas. Nós colocamos uma proposta, na primeira

audiência, de transformarmos essa realidade numa Zona Mista de Interesse Social Ambiental.

A gente também tem uma proposta de, naturalmente, ou ir para esse zoneamento ou ir para uma ZEIS-1.

Nós temos também de falar sobre a Praça do Myrna, que foi entregue para a Subprefeitura pela Secretaria do Verde, porém até agora não mudou o zoneamento que ainda está em ZEPAM, nós precisamos fazer várias inclusões e situações lá. Essa praça precisa que seu zoneamento seja alterado para praça para a gente fazer essa situação acontecer.

Há ainda o Parque Municipal Três Lagos, do lado do CEU Três Lagos. Ali está formando uma confusão tremenda, porque está saindo dinheiro da Subprefeitura todo mês para fazer limpeza e obras. Não é possível um negócio desse. Ou a Secretaria do Verde assume a sua realidade ou não, porque tirar dinheiro da Subprefeitura para fazer zeladoria numa coisa que não é nossa, é da Secretaria do Verde e já deveria ser constituído um parque lá, não é legal. É algo que a gente precisa alterar.

Finalizando a minha fala, sobre a Comunidade Jaceguava Sul, que está na região de Parelheiros. Essa comunidade está numa área de ZEPAM, mas precisamos ter uma mudança de realidade também. Depois eu passo esse documento para a mesa, porque trouxemos uma cópia só, mas prometo fazer outra cópia para protocolo.

Muito obrigado a todos e a todas. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) - Obrigado, Marcelo. Chamo o próximo inscrito, Sr. Antonio Marcelo de Souza Lima, MRFU e Conselho de Políticas Públicas e Urbanas. Peço que a próxima inscrita, Sra. Solange Dias, para que se prepare.

O SR. ANTONIO MARCELO DE SOUZA LIMA - Boa noite a todos e a todas. Cumprimento a Mesa na pessoa do nobre Vereador Rodrigo Goulart. Faço parte da região de Pedreiras, zona Sul, onde temos um problema com relação ao zoneamento. Até o ano de 2021 e 2020, o zoneamento ZEIS foi automaticamente substituído pelo zoneamento PA – Perímetro Ambiental. Todos aqueles que estavam inseridos no Plano de Metas do Prefeito Ricardo Nunes, na cidade de São Paulo, praticamente saíram do Plano.

Os loteamentos que estão irregulares, desde o ano de 1973, lembrando que o Prefeito Paulo Maluf foi prefeito na cidade de São Paulo, em 1975, quando destinou a lei para regularização desses loteamentos. Hoje, nós esperamos a regularização.

Devido a Lei do Zoneamento que hoje foi alterada em algumas áreas e distritos, eu gostaria de saber como que vamos fazer com relação a esse zoneamento que era ZEIS, estavam aguardando a regularização fundiária, mas agora deixaram de ser ZEIS. Diante do REURB que eles foram classificados como REURB-2, que eles têm ganhos salariais acima de cinco mil reais, eles não vão entrar na regularização fundiária.

Automaticamente uma área de IPTU que era de 12 mil metros, em uma calçada era ZEIS e o bairro também ZEIS, agora se você atravessa a calçada uma é ZEIS a outra deixou de ser.

Na revisão de Uso e Ocupação do Solo, da revisão do Plano Diretor que foi feito com a Lei de Uso, o que vamos fazer com relação a esse zoneamento? Obrigado. (Palmas).

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sr. Antonio. A próxima inscrita é a Sra. Solange Dias. Chamo também para se preparar o Sr. André Araújo.

A SRA. SOLANGE DIAS - Boa noite a todos os componentes da Mesa. Boa noite a todos os presentes nesta noite. Eu venho reforçar a fala do Michael na questão das zonas de interesse turístico, que é uma região onde estamos desenvolvendo um trabalho – principalmente em Parelheiros – de geração de renda e emprego onde há muitas restrições.

O meu pedido específico é que nas ZEPAMs e nas ZPDSrs possam se autorizar a construção de restaurantes e acampamentos com foco no turismo, ou seja, campings turísticos.

Como se faz uma zona de interesse turístico, onde se tem o polo de ecoturismo na região de Parelheiros, as pessoas vão para lá para investir nos empreendimentos para gerar emprego e renda na região, mas se não pode ter restaurante para fornecer alimentação para as pessoas no final do nosso território.

É isso. Muito obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sra. Solange Dias. Chamo o

próximo inscrito o Sr. André Araújo, da Facesp.

O SR. ANDRÉ ARAÚJO – Boa noite a todos e todas. Saúdo todos com a santa Paz de Jesus Cristo. Parabênzo o Vereador Rodrigo e os demais Vereadores da cidade de São Paulo.

Hoje nós tivemos na Associação Comercial uma bela explanação para os comerciantes e empresários da cidade de São Paulo. Na apresentação, podemos notar a total falta de abordagem da questão das Zonas Especiais de Interesse Social, a questão da moradia de interesse social.

Estão presentes vários presidentes de associações, líderes comunitários. Temos o nosso companheiro Denis, da FNL, nossa companheira Tata, nosso companheiro Caio, a Angeli, a Cleide, do Porto Velho, e vários outros companheiros. Todos estão, praticamente, em uma senzala. Por quê? Vou lembrar, Vereador, que o seu papai ainda era Vereador. Ele nomeou e demarcou o Manacá da Serra como Zona de Interesse Social. Todavia, nós temos ruas no Manacá da Serra que ainda são áreas de ZEPAM, impossibilitando a instalação de UBS, obras de zeladoria, e assim vai o Pão de Açúcar, também, do lado, bem como a Chácara dos Reis, o Manacá de Baixo. Há a questão do campo sendo oprimido pelas demolições. A Vila Marcelo, também, toda semana, tem ameaça de demolição.

Enquanto isso, o Prefeito fala que tem 35 bilhões em caixa, mais sete bilhões que serão emprestados. No Fundurb só há mil reais para a regularização fundiária. Nós esperamos que a questão do zoneamento também possa tratar de uma área especial de regularização fundiária, além da demarcação de ZEIS.

Outro problema muito sério e grave é a questão da falta de instalação dos conselhos gestores de áreas de ZEIS. Ou seja, é a população ficando de chapéu atolado.

Então, gente, nós temos essa luta e o movimento popular vai apresentar um projeto substituto. Não é o projeto dos empresários, não, da Associação Comercial, da Fiesp, daqueles que estão no mercado especulativo, mas é daquele que é da periferia, tão esquecido.

Eu agradeço a Deus. Sou uma luta, aqui, porque eu passei pela “via imobilidade”. Foi

um transtorno, mas consegui chegar. Agradeço a oportunidade. Meu muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Sr. André. Sra. Angeli Franco, da União dos Moradores dos Bairros do Grajaú? Já deve se preparar o próximo inscrito, Sr. Caio Duarte.

A SRA. ANGELI FRANCO – Boa noite à Mesa. Boa noite a todos. Eu me chamo Angeli Franco. Estou localizada na região do Grajaú, também.

Hoje, eu creio que seja de suma importância essa revisão de zoneamento para todos da nossa região. Todos almejam o que há de melhor para os nossos bairros. Hoje, temos comunidades em que não conseguimos andar de carro. As crianças também não conseguem ir até as suas escolas de pé limpo. Eu acho que a sua mãe e o seu pai almejam a qualidade de vida melhor nesses locais.

Há alguns anos vimos estudando a revisão do Plano Diretor. Eu fico até feliz que o Vereador Rodrigo Goulart tenha isso em mãos, porque mora na nossa região e pode acessar essas comunidades com facilidade. Pode olhar no mapa a péssima qualidade de vida que há na nossa região. Está convidado a andar conosco nas ruas dos nossos bairros em que se almeja uma troca de zoneamento. Eu creio que todos vêm em prol do melhor para a região de Grajaú e Parelheiros. Essas são as regiões mais sofridas na nossa macrorregião.

Hoje, eu, como CPMU, às vezes, me sinto até feliz de vê-lo falando, porque fala de uma forma em que parece que está tudo conclusivo e, na realidade, vivemos a perecer, em uma chuva de não sei quantos quilômetros que está dando na nossa cidade, dentro da nossa macro, em que todo mundo fica sem suas telhas, porque não se tem uma moradia digna. Eles ficam com medo de investir e, no outro dia, realmente, como o Dr. André falou, serem demolidas suas casas. Então, nós precisamos dessa qualidade de vida, de moradia digna para esse povo.

Eu moro no Centro, que já tem a rua asfaltada, mas, se eu for andar em volta, eu não consigo ter um carro bom, porque, na realidade, você anda de buraco em buraco, dentro da nossa região. Se você descer à Toca do Tatu e vir subindo pela Schmidt, os órgãos públicos não querem escutar o que é a Estrada do Schmidt. Ninguém quer ver que a Schmidt precisa de uma

zeladoria, de um bem-estar para o morador de lá. Hoje, há 2.800 famílias no local – isso, na estatística de um posto de saúde, que já é atendido nesse local.

Então, a consolidação dos bairros, de que fala, está nas comunidades. São as comunidades que precisam da troca de zoneamento. Esse zoneamento é de suma importância para a nossa região e é isto o que eu almejo: que os relatores venham relatar uma viabilidade para as nossas comunidades, na macrorregião do Grajaú. É isso o que eu peço a todos.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Sra. Angeli. O próximo inscrito é o Sr. Caio Duarte, da Associação Recanto Campo Belo. Já peço para se preparar o Sr. Zito Pereira.

O SR. CAIO DUARTE – Boa noite à Mesa. Boa noite a todos. Eu sou do Recanto do Campo Belo, da Rua Virgínia Modesto. Faço parte do Conselho Participativo de Parelheiros.

Assim, não é fácil lutarmos. Vemos diversas áreas que são ZEPAM. Eu moro em uma delas. Não podemos ter nada. O máximo que podemos ter é acordar de manhã e ter um arsenal de máquinas, um arsenal de polícia, junto à Prefeitura, e falar assim: “Vamos derrubar todas essas obras. Vocês estão em uma área irregular.” É isso o que ouvimos. Procuramos o Poder Público e falamos: “Infelizmente, não podemos fazer nada por vocês.”

Ou seja, nós não existimos para a comunidade. Nós não existimos para os políticos, porque os Vereadores, o Governo do Estado, a Prefeitura e o Ministério Público sabem que nós existimos, mas eles não vão amassar o barro e vão ver quem são aquelas pessoas que residem naquelas moradias, ver a infraestrutura, porque quando chove, tem cada cratera, crianças caem, se machucam, ou até um adulto, e você não tem um suporte, mas na hora de pagar imposto, na hora de o Governo pedir voto, eles vão lá, abraçam as crianças. Isso tem de ser visto e tem de mudar, não adianta falar que não existe, que eles não sabem.

O Recanto é habitado, já existe, tem água, mas não pode ter esgoto, não pode entrar luz, não pode entrar nada. Por que não vão lá estudar? Nós fizemos um projeto ambiental e pode ser regularizado, mas na nossa Sehab eles não abrem a porta para nós e falamos que enquanto

for essa gestão, não passa nenhum pedido de regularização fundiária. Ou seja, a Sehab, desculpe-me falar, tem tanta gente lá que não sabe o que é regularização fundiária e se continuar desse jeito nós vamos ficar 100 anos aqui brigando com o Governo e nunca vai regularizar nada porque não é interessante.

Nós lutamos todos os dias para regularização da água, do esgoto, do saneamento básico, queremos ter tudo legal, não somos bichos, somos seres humanos, pagamos impostos, assim como os ricos. Por que não fazem para a gente? Por que essa Mesa não abre um projeto para ir lá em cada área que existe? Eu sou da Virgínia Modesto, do Recanto, por que eles não vão lá, o Poder Público vai lá olhar, perguntar para cada família qual é a necessidade? Olhar a infraestrutura, porque você não pode ter zeladoria, porque é área irregular, você não pode ter esgoto, você não pode ter nada. Então, nós somos gente e só somos lembrados infelizmente na hora do voto.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Tem a palavra o Sr. Zito Pereira, do Projeto Urbano Cidade Saudável. Já peço para que se prepare o Sr. Cássio Santos.

O SR. ZITO PEREIRA – Boa noite a todos, boa noite à Mesa, em nome das mulheres eu cumprimento a Mesa, boa noite principalmente a essa plateia maravilhosa que está aqui, porque sem vocês não se consegue nada. Poderiam ter mais pessoas, mas o importante é quem veio e que está na luta de verdade.

A apresentação foi linda, mas a realidade é bem diferente, no papel tudo é fácil, mas na hora da realidade a coisa é outra. Vivemos numa região de dormitórios de moradia. Antigamente nossos pais, avós, vieram para essa região porque tinha empregos, tinha emprego em Santo Amaro, nas Nações Unidas, no Socorro, agora não tem nada, temos de ir ao Centro velho para trabalhar em serviços, não há empregos decentes para a nossa região. Tem de trazer empregos para a região. Na região de Parelheiros, região do Grajaú, temos a represa Billings e Guarapiranga, que representam 40% da água de São Paulo e isso não é valorizado. Temos de construir sim, levando em conta o meio ambiente e a questão do turismo.

Outra coisa que está acontecendo aqui na nossa região são empreendimentos, apartamentos, constrói-se em áreas sem infraestrutura nenhuma, depois as pessoas ficam sem transportes, sem moradia, sem escola decente, inclusive onde eu moro, no Parque Novo Grajaú, estão fechando uma escola de primeira a quinta série. Se vem 1.500 moradias para Chácara do Conde, por que vão fechar a escola? Tem de ter infraestrutura primeiro para depois ter as moradias. Sem infraestrutura não teremos nada.

Tem muita gente que passa necessidade, está com problemas mentais, por conta do IPTU. Antigamente você fazia uma casa, ampliava, você levava para a Prefeitura, para a Subprefeitura para pagar o IPTU, agora passa um drone e, de repente, o cara recebe a surpresa para pagar de 20 mil, 40 mil, 80 mil, até 100 mil de IPTU retroativo. Isso é muito triste. Tem gente que ganha 1.500, dois mil e vem um IPTU de 40 mil. Como ele vai conseguir pagar se faz em 10 vezes? Vamos rever isso.

Outra coisa, o André falou sobre a linha mobilidade, não é linha mobilidade, André, é linha calamidade. As pessoas sofrem muito nessa linha que vai do Grajaú a Osasco e ainda estão querendo privatizar a Sabesp, Metrô e trem.

Muito obrigado a todos. Uma boa noite e até a vitória.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Zito. Tem a palavra o Sr. Cássio Santos, CPM Lideranças. O próximo inscrito é Ricardo Cainé. Só um minutinho Cássio, gostaria que a representante da Subprefeitura de Santo Amaro também viesse compor a Mesa, a Sra. Célia Ferracioli.

O SR. CÁSSIO SANTOS – Boa noite a todos, boa noite à Mesa, boa noite ao FLN, FNL, MRFU, eu acompanhei vocês em Parelheiros e vejo a luta de vocês, é uma luta digna.

Na verdade, eu vim falar com o Vereador Goulart referente a Chácara Progresso. Para quem conhece a Chácara Progresso, são 63 anos e chegou a pavimentação, o esgoto de má qualidade, porque eles fazem primeiro a pavimentação para depois quebrar o asfalto todo e repassar o esgoto. Infelizmente isso está acontecendo lá em Vargem Grande. Vargem Grande está com umas crateras enormes e o Poder Público é acionado em várias instâncias e nada é

feito, nada.

Mas a verdade que eu quero falar aqui e deixar para o Vereador Rodrigo Goulart é referente ao transporte público. É uma vergonha a gente sair lá do fundão, de Marsilac, ficar lá na linha do Marsilac esperando, no final, por duas horas de relógio, a boa-vontade do motorista para pôr o ônibus no ponto para a gente poder se deslocar no centro, que é o lugar mais próximo onde eu ou qualquer um aqui trabalha.

Vemos aqui outra coisa muito chata acontecendo na região. Ruas que são pavimentadas sem serem oficiais. Estou mentindo ou não? Tem ruas que não são oficiais sendo pavimentadas, e as ruas que são oficiais, ninguém dá olhar, ninguém vê, a população tem que sair e pisar no barro. A população tem que perder seu sapato porque pisou ali, tem que voltar à casa, porque o sapato caiu.

Outro problema que estamos vendo é o da moradia. Aplaudo, sim, o Ricardo Nunes pelo parque que ele vai fazer, mas ao mesmo tempo está “ó”. Sabem por quê? Porque vai mexer com famílias, e quando se mexe com famílias, mexe-se com crianças; e quando se mexe com crianças, mexe-se com toda a estrutura de uma casa. Isso não pode acontecer. O povo quer moradia, mas moradia digna. (Palmas) É moradia digna que o povo quer.

Então, Vereador Rodrigo Goulart, olha com um olhar especial para Parelheiros. Olhe para lá, faça uma investigação para descobrir quais ruas não são oficiais e que estão recebendo pavimentação. Não tenho medo de falar isso aqui, não. Já tentaram me calar no CPM Parelheiros, já tentaram me calar fazendo chantagens, mas enquanto eu estiver nesta Terra ninguém vai me calar, porque a voz do povo emana do céu. Parabéns a todos do FLM, FRMU. (Palmas) Estão todos de parabéns. Obrigado à Mesa pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Cássio. Próximo inscrito, Ricardo Cainé Caracillo, AMJS. (Pausa)

O SR. RICARDO CAINÉ CARACILLO – Boa noite a todos. Boa noite, Vereadores, Vereadoras, subprefeitos. Boa noite, colegas cidadãos. Venho pedir, em nome de todos nós moradores, que a gente mantenha a nossa.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Ricardo, fale um pouquinho mais próximo do microfone.

O SR. RICARDO CAINÉ CARACILLO – A gente vem aqui pedir a preservação dos bairros onde a gente tem reservas de meio ambiente. A gente tem bairros que contribuem para a qualidade de vida, para os ciclos de vida, para a redução de poluição. Temos na nossa cidade o absurdo de ter falta d'água e enchentes ao mesmo tempo. Isso é um absurdo. Nós temos que manter as nossas áreas permeáveis, nossas árvores; nossa qualidade de vida depende muito disso, e temos muito pouco disso na cidade.

Venho de um bairro onde, graças a Deus, isso ainda está mantido. A gente pede para que seja mantido da forma como está no Jardim da Saúde o atual zoneamento, sem acréscimo de corredores, e que a gente compartilhe o nosso espaço com ZEIS, em cujas áreas pedimos que a Prefeitura cumpra sua obrigação de regularização fundiária. Pedimos também a reurbanização que há mais de década vem sendo prometida e não é realizada pela Prefeitura. Então, por favor, mantenham como estão não só a do meu bairro, mas a de todos os outros bairros que contribuem para o meio ambiente. As ZER-1 têm que ser mantidas como estão, sem alteração alguma. Muito obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Ricardo. O Jardim da Saúde é uma ZER, é isso? (Pausa) Próxima inscrita, Tatá do Manacá. (Palmas)

A SRA. ALCIETE ARAUJO DA SILVA (Tatá Silva) – Boa noite a todos, boa noite à Mesa. Primeiro, quero agradecer a Deus por estar aqui e ter a oportunidade de defender aquilo em que eu acredito. A primeira coisa que a gente tem que fazer na vida é defender a nossa ideia, aquilo em que a gente acredita. Eu acredito em uma cidade mais justa. Eu acredito que os Vereadores, aqui, nesta noite – o Rodrigo em especial, que é o relator -, saibam que precisamos da ajuda deles. A gente precisa de ZEIS-1. A gente precisa de ajuda no Recanto Campo Belo, no Jaceguava – cadê o pessoal do Jaceguava?

- Manifestações no recinto.

A SRA. ALCIETE ARAUJO DA SILVA (Tatá Silva) – Essas pessoas estão morando

em situações muito difíceis, assim como eu mesma já morei no Manacá da Serra. Elas lá só têm água, Vereadores. E não se pode nada, a não ser derrubar as moradias que lá estão.

Estamos aqui também com Vila Marcela, onde eu acompanhei o desfazimento de sete casas. Eu posso dizer que isso é cruel. É muito triste você ver uma casa de cinco por 25, toda acabadinha, só faltando as portas e as janelas, sendo derrubadas sem dó nem piedade. Sabem o que eles fazem? Eles pegaram o próprio carro da GCM, estacionaram dentro dessa casa para a gente nem poder se aproximar. Depois, jogaram gás de pimenta.

Quero saber quando vai se fazer realmente a regularização fundiária desses locais. Todo mundo aqui sabe do meu apreço pelo Prefeito Ricardo Nunes, mas eu gostaria que ele dissesse quais são as áreas onde vai ser feita a regularização fundiária, porque eu moro em Parelheiros, ajudo Capela do Socorro, mas não tenho visto nem uma regularização fundiária nesses locais. A única coisa que eu vejo são famílias sendo retiradas das suas casas, crianças pisando em esgoto, crianças passando necessidade de beber uma água limpa e potável. Então, quero saber onde vai estar essa regularização. Quero ver com os meus olhos, porque eu acredito nisso e vou continuar lutando e buscando a regularização fundiária dos locais onde essas famílias moram e eu moro. Estou aqui com uma parte do pessoal que mora ao lado do campo do Manacá da Serra, eles não têm água. Nós temos água oficial, eles não têm. E por quê? Porque lá é ainda uma ZEPAM. Então, eu peço aqui que, por gentileza, façam isso por nós. Coloquem qualidade de vida para essas pessoas, deem a elas o direito de regularizarem as suas casas. (Palmas)

Eu digo sempre para as lideranças: liderança não é para ficar dentro de casa, liderança é para ficar na rua lutando pelo seu povo, lutando por aquilo em que acredito, por aquilo que pode mudar a realidade do povo.

Fico pensando: vou às reuniões e consigo ver uma quantidade enorme de assessores de Vereadores, mas não vejo gente defendendo a nossa causa e nossa luta. (Palmas) Sabem qual é a luta? A luta de você ter água. A luta de você ter esgoto. A luta de você ter pavimentação e urbanização em seu bairro, porque isso é um direito. Está garantido na

Constituição. Está garantido que eu tenho direito à minha casa regularizada, regularizada, Rodrigo. O seu pai já fez a muitos nós, lá, quando transformou parte do Manacá e outros em ZEIS. Agora, nós precisamos que esses outros bairros sejam vistos, mas vistos com dignidade, da mesma forma que vocês olham quando vão nos pedir voto. (Palmas)

Eu já te encontrei tantas vezes em Parelheiros fazendo campanha e também indo em muitas causas, em muitas lutas, mas olhem por nós. Vereadoras da Bancada Feminista, tenho muito orgulho em vê-las aí. Quem quiser ficar com ciúme, que fique. Eu tenho orgulho porque vocês são mulheres, e mulher sabe exatamente o que precisa para esta cidade. E sabem por quê? Porque nós andamos, porque nós direcionamos, porque nós acreditamos, porque nós sonhamos e porque nós somos mulheres. Eu tenho orgulho disso. Eu sou mulher e luto. E luto todos os dias e não vou parar. É uma crueldade nós não podermos falar ao menos dez minutinhos, mas tudo bem. Eu vou continuar falando de três em três minutos e uma hora eu vou ver esses bairros regularizados e essas famílias tendo dignidade e direito ao CEP, direito à água, direito à luz, direito à escola, direito a ser livre, porque nós estamos presos nesses bairros por não poder regularizar o que nós temos.

Eu quero agradecer aqui e cumprimentar o Subprefeito da Capela, que sempre nos recebe com muito amor e carinho, com muito amor e carinho. Isso é muito bom, e muito obrigado a todos e desculpe o tempo que eu tomei. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Tatá.

Próximo inscrito é o Sr. Antônio Pedro Maubi. (Pausa) Antônio Pedro, Tonhão.

O SR. ANTÔNIO PEDRO MUABI - Boa noite a todos e a todas. Saúdo todas as nossas lideranças populares, movimentos de moradia, associações comunitárias, aqueles que constroem no dia a dia a luta pelo povo em defesa da saúde, educação, moradia, saneamento e por tudo aquilo que nós não temos nas periferias.

Queria inicialmente já colocar que nós poderíamos, Vereador Goulart... Desculpe aqui saudar as nossas companheiras mulheres, que abrilhantam esta nossa mesa aqui, pela defesa que fazem da população.

Nós podíamos, para iniciar, ter o material mais acessível às pessoas presentes. Eu me lembro que, em outros tempos, na Lei de Revisão de Zoneamento do Plano Diretor, nós tínhamos cartilhas. Nós tínhamos material que as pessoas podiam levar, podiam estudar, podiam pesquisar, podiam sentar e discutir a proposta. Tudo bem, nós tivemos aqui a apresentação, os slides e tudo mais, mas não dá para você fixar na memória, em questão de segundos, um conteúdo técnico, de difícil assimilação para todas as pessoas. Aqui, nós não temos arquitetos. Nós somos lideranças populares que, às vezes, não compreendemos essa linguagem mais técnica de vocês.

Mas eu acho que nós deveríamos também dizer que pouco se fala de ZEIS. Muito foi dito aqui porque aqui nós, quase todos, moramos em área de ZEIS, sobre essa questão de atender as pessoas de mais baixa renda, sobretudo em uma cidade em que temos um déficit de quase 400 mil pessoas sem casa e 54 mil pessoas morando em situação de rua. Então, isso é muito importante e fundamental para quem está nessa região.

E também dizer que essa questão de se tratar de Lei de Zoneamento, tem de se pensar automaticamente em regularização fundiária e urbanização de favelas, de comunidades, porque muitas áreas não podem ser regularizadas justamente por causa do seu zoneamento. Então, para permitir a regularização, nós temos de mudar a lei para permitir que isso aconteça, porque o que nós vemos é o contrário: são máquinas derrubando casas em todas as regiões da zona Sul que conhecemos, que sabemos, que acompanhamos. E a Lei, me parece também, que, às vezes, é muito leniente.

Eu moro aqui, na região do Guarapiranga, Riviera, em que você tem ali casas de alto padrão na beira da Represa. Eu nunca vi uma máquina incomodar aqueles bambambãs, aquela burguesia lá, na beira da represa. Agora, quando é moradia de baixa renda, de trabalhador, tem sempre uma máquina, um trator para derrubar sua moradia. Então, acho que é importante também tratar as coisas. Ignora de um lado e reprime de outro. Acho que tem de ver isso aí.

Acho também que nós temos de pensar que nós temos muitas críticas ao Plano Diretor, que, basicamente, tratou de eixos, de como dar o direito ao setor imobiliário, que continua

expandindo, crescendo, aumentando os seus lucros. E onde vai entrar, a que horas vai entrar a moradia popular? Onde vai entrar? Porque não há, inclusive, controle por parte da Prefeitura sobre o IPTU progressivo. As pessoas deixam os imóveis parados, valorizando, e não se pune, não se multa, não se notifica e fica aquilo ali virando reserva de mercado para gerar mais e mais dinheiro, enquanto nós temos aí milhares de pessoas morando situação de rua.

No último Censo do IBGE, para terminar aqui, nós saltamos - em 12 anos, de 2010 para o Censo de agora -, de 290 mil imóveis ociosos, na cidade de São Paulo, para 588 mil imóveis ociosos. Mais que dobrou esse número de imóveis. E dobrou também o déficit habitacional. O que explica isso, você ter 588 mil imóveis ociosos e 400 mil famílias sem casa? Isso explica essa avalanche de construção de prédio, que só serve para acumular como investimento e não serve à moradia.

Então, a gente quer também criticar essa visão mercantilista, essa apropriação do mercado em relação à cidade, porque basta o que nós passamos agora, nesse blecaute aqui, nesse apagão em São Paulo. Basta de sofrermos todo dia com a CPTM, com a Linha 8 e a Linha 9 privatizadas. E a ameaça, agora, de privatizar a Sabesp e o Metrô e todo o resto da CPTM.

Então, basta disso. E não à privatização.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Próximo inscrito, Sr. Cleber Gonçalves dos Santos, Guanarapes. É isso, Cleber?

O SR. CLEBER GONÇALVES DOS SANTOS – Guanarepes.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart - PSD) – E o próximo, Sr. Adenil Gonçalves.

O SR. CLEBER GONÇALVES DOS SANTOS – Boa noite a todos, todos os companheiros, todos os movimentos sociais que me representam; boa noite ao povo brasileiro. Simplesmente uma apresentação bonita que não funciona na prática, só isso. Fizeram um *slide* bonito que não funciona na prática.

A verdade, é só ir às ruas que vemos um monte de dependente químico ocupando as praças. Antes, na Prefeitura da Marta, do Governo de trabalhadores, que ocupava essa cadeira, que fazia por merecer, que são trabalhadores que vão ocupando essa cadeira, que vão

acostumando com o dinheiro público, porque o trabalhador vai tomar conta daí e vai fazer a coisa funcionar. Vocês não fazem a coisa funcionar. Vocês fazem isso aí, coisa bonita para enganar o povo e na prática não fazem nada, só enchem o bolso e não fazem nada. Largam as praças públicas onde estaria um monte de dependente químico, aí vocês destruíram a praça lá esportiva e não fizeram nada. É isso aí que vocês fazem.

Está na hora de sair da cadeira e fazer alguma coisa, sair da área do conforto. E não à privatização. É isso.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart - PSD) – Próximo inscrito, Sr. Adenil Gonçalves, Frente Nacional de Luta. Peço para que se prepare, Lui Edwirges.

O SR. ADENIL GONÇALVES – Boa noite a todos e a todas. Cumprimento à Mesa, Vereadora Luana, Vereadora Silvia, todos os presentes, só para deixar uma coisa clara, Tonhão, eu sei porque dessa vez não tem panfletinho, viu, porque eu acho que vai ser a gestão mais difícil de explicar porque a especulação imobiliária tem tanta vantagem aqui em São Paulo. Como coloca isso no papel, como vai explicar para o trabalhador que ele está ficando em segundo plano e o primeiro plano é fomentar mais ainda a especulação imobiliária.

Outra coisa a se observar, acho que nós, enquanto movimento, temos que intencionalizar isso, que não tem como fazer uma discussão de eixo de zoneamento se não tirarmos uma audiência específica para tratar das ZEIS. Não tem condição um Plano Diretor como esse, tão importante, uma Lei de Zoneamento tão importante, não ouvimos falar em ZEIS. A FNL tem a pauta, queremos discutir a implantação das ZEIS, o Marighella 1, o Marighella 2, entre outras comunidades da zona Sul. Mas queremos, Vereador, se possível, protocolar isso, uma audiência específica para tratar de ZEIS. Onde vai ser, como vai ser, porque não dá para nós, enquanto trabalhadores, periferia, aceitarmos que a especulação imobiliária leve tudo e nós continuemos aqui mais 10 anos discutindo ZEPAM, discutindo porque não faz regularização fundiária no Manacá e porque não se tem moradia social na zona Sul.

Sou a favor da questão do meio ambiente, ouvi um companheiro colocar aqui, mas temos de discutir também a construção social, das moradias sociais em consenso com o meio

ambiente. Há inúmeros estudos de que isso é possível, nós estamos prontos para debater, convidamos todos os companheiros dos movimentos sociais, dias 25 e 26, para debatermos isso, porque a zona Sul precisa de regularização fundiária, precisa de moradia social. E a Lei de Zoneamento tem de respeitar isso. Não dá para ficarmos vivendo de slide, como o companheiro falou agora, e que não vai ser implantado.

E também o que não justifica, como o Tonhão falou, não tem uma cartilha. Mas fica à disposição, se vocês quiserem colocar, mas não precisa nos enganar mais. Nós já sabemos que a especulação imobiliária está levando.

Agradeço a oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Adenil. Próximo inscrito, Lui Edwirges, MTST.

A SRA. LUI EDWIRGES – Boa noite, Mesa, todos os presentes. Sou Lui, do MTST, morei a vida inteira no Grajaú. Venho trazer pontos que são muito problemáticos em relação a essa revisão da Lei de Zoneamento.

O primeiro, a maioria das audiências que aconteceram foram *on-line*. Isso é muito ruim, porque trata de uma zona gigante, a zona Sul. E excluem-se muitas pessoas, para que elas não participem. A questão de ser também presencial, por ser uma zona muito grande tem muitas demandas. Isso também não traz o que a população precisa.

O segundo ponto que quero trazer, essa revisão da Lei de Zoneamento prejudica principalmente nós do extremo da zona Sul. Essa revisão traz para que o interesse seja para os mercados imobiliários que sentam na mesa do Prefeito e falam o que querem. E nós não conseguimos levar o que queremos. E o que queremos são mais ZEIS, queremos mais parques, áreas de lazer. Queremos moradia digna, não queremos apartamentos no Centro de São Paulo de 20 mil reais o aluguel. Queremos que sejam respeitadas as nossas demandas e que façam cumprir o que trazemos para a Mesa.

Então, é isso que queria trazer. Muito obrigada e boa noite para todos.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Obrigado, Lui.

Encerrada a participação dos inscritos. Consulto se algum Subprefeito ou Subprefeita gostaria de fazer uso da palavra ou algum dos seus representantes. Tem a palavra o Dr. Claudio Schefer, Subprefeito da Capela do Socorro.

O SR. CLAUDIO SCHEFER JIMENEZ – Boa noite. Quero cumprimentar a Mesa, na pessoa do Vereador Rodrigo Goulart, as Vereadoras que embelezam a nossa Mesa. Não há mais do que aquilo que a gente precisa para a cidade. Mulher sempre faz o serviço melhor que o homem. É difícil reconhecer, mas é verdade. E cumprimentar meus companheiros Subprefeitos, através do Lo Prete; cumprimentar a todos e dizer a vocês que estou muito feliz de estar aqui hoje, que tudo que eu vi nesta tribuna foi discussão do zoneamento, e esse é o objetivo aqui.

Eu participei de outras audiências públicas onde eu vi discussões, mas pouco se falou do que realmente importa. E é isso que está se tratando hoje, com o Vereador Rodrigo à frente. Acho importante nessas audiências públicas a presença de vocês, mas que sempre discuta o ponto que está em jogo.

Eu vi aqui a Tatá do Manacá, vi o Marcelo e tanta gente que conheço, o representante do Conselho Participativo da Capela do Socorro também e todos vocês falando realmente da preocupação que a gente tem. De todos os que me procuram no gabinete, 90% dos casos é: “Eu preciso de energia”, “eu preciso de água”, “eu preciso de pavimentação”. Tudo isso depende de zoneamento. É isso que vocês vieram discutir nesta audiência pública hoje. Então, meus parabéns a todos vocês,

Obrigado. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Dr. Claudio Schefer. Em nome dele e do Lo Prete, agradecer todos os Subprefeitos presentes, também cada um dos representantes.

Acredito que todas as Subprefeituras estão aqui representadas, começando pelo Sr. Furchi, de Parelheiros; o Sr. Higuti, de Cidade Ademar; o Sr. Claudio, de Capela do Socorro; a Sra. Cristina, de Campo Limpo; Sr. Mauro, do Jabaquara; o Sr. Lo Prete, do M’Boi Mirim; e a Sra.

Celia, de Santo Amaro. Agradeço muito a presença de todos vocês representando cada uma das Subprefeituras e também a Secretaria das Subprefeituras. A gente sabe que não foi fácil a presença de cada um de vocês, porque hoje, desde sexta-feira, têm sido dias muito tristes para a cidade de São Paulo com o fato que ocorreu, e a gente ainda está brigando com a Enel sobre os resultados daquele episódio de sexta-feira à noite.

Então, passo a palavra para a Vereadora Silvia da Bancada Feminista, membro também da Comissão de Política Urbana.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Salve, salve, zona Sul! Eu queria cumprimentar a Mesa, na pessoa do Vereador Rodrigo Goulart e também da minha colega de partido Vereadora Luana Alves e todos os Subprefeitos aqui. E queria cumprimentar especialmente todos os movimentos populares e sociais organizados, a Facesp, o MRFU, a FML, o MTST, enfim, cumprimentar todos os movimentos populares que lutam por moradia; porque, se não fossem os movimentos populares, a gente não teria regularização, nem moradia, nem Pode Entrar, nem nada, na cidade de São Paulo. A cidade de São Paulo é construída através das ocupações, e ocupar é um direito quando morar é um privilégio.

Antes de eu falar sobre a questão do zoneamento, eu queria começar dizendo que eu estou com muita raiva da Enel. O que eles fizeram, gente, não se faz: deixar as pessoas sem energia até agora.

Eu não sei se já voltou para todo mundo. Ainda não. Ainda tinham 500 mil pessoas, 500 mil moradias, sem energia, até agora. Não existe justificativa para isso, e eles demitiram 36% dos funcionários.

Então, nós precisamos saber se o que aconteceu em São Paulo com a Enel tem a ver com a privatização de serviços essenciais, e a gente tem que aproveitar esse fato que aconteceu para dizer que a gente não quer privatização de serviço. Não queremos privatização do Metrô, não queremos privatização da CPTM, não queremos privatização da Sabesp; e queremos mais reestatização do sistema de fornecimento de energia.

É isso aí. Não à privatização.

Agora entrando na questão do saneamento, gente. A gente reivindicou que tivesse uma audiência pública por Subprefeitura. Eu vou continuar falando isso em todas as audiências que eu for. O ideal não era que nós tivéssemos uma da zona Sul para todas as nove Subprefeituras, porque o que acontece na Vila Mariana é muito diferente do que acontece na Capela do Socorro, por exemplo. São problemas distintos. Então, eu acho que a gente precisa de mais audiências públicas.

Estava conversando aqui com o Relator que me falou: Por que você não propõe uma audiência pública só sobre a demarcação de ZEIS? Ele concordou. Então, vamos levar juntos essa proposta para a Comissão de Política Urbana de fazer uma audiência específica sobre demarcação de ZEIS, e de preferência na zona Sul.

Sobre o projeto que veio da Prefeitura, muita gente disse aqui: “O projeto é bonito, mas a realidade é feia”.

Gente, o projeto não é para a periferia, o projeto fala somente dos eixos. A primeira crítica ao projeto é essa. Os eixos são política para onde? É política para o Centro Expandido. Não tem eixo que chegue à Parelheiros, que chegue ao Grajaú, que chegue à Capela do Socorro. O projeto está muito concentrado na questão dos eixos, não tem nada sobre demarcação de ZEIS, sobre regularização fundiária, sobre a demarcação das coisas que a periferia precisa. Sobre a zona Sul, a principal demanda é realmente a regularização fundiária.

Eu acredito no seguinte: queremos preservar o meio ambiente? Queremos. Eu, por exemplo, sou contra essa parte do projeto que fala sobre ter restaurantes para até 500 pessoas em áreas de ZEPAM – perto das represas, nos parques –, porque isso vai degradar o meio ambiente. Mas eu sou a favor de que ocupação que está consolidada em área de ZEIS se torne ZEIS. (Palmas) As pessoas ocuparam porque precisaram, e já tem ocupação em área de ZEPAM já consolidada há mais de 20 anos, 30 anos. Não faz sentido que isso permaneça como área de ZEPAM; tem que se tornar ZEIS e tem que regularizar.

O Governo Federal abriu uma linha de crédito para regularização fundiária e urbanização das favelas que vai perdurar até o dia 10, para que os municípios indiquem os locais

para regularização fundiária e urbanização. A Prefeitura de São Paulo também tem dinheiro para regularizar. Nós queremos que essa linha de crédito com o Governo Federal seja executada e que a Prefeitura faça indicação dos lugares.

Tem que mudar o zoneamento? Tem que mudar o zoneamento, porque lugar de ocupação consolidada precisa se tornar ZEIS, para poder regularizar. As pessoas têm medo até de poder melhorar o seu barraco. Como é que vai melhorar o barraco, se, de repente, pode ir lá uma máquina e derrubar tudo? (Palmas) Então, gente, regularização, demarcação de ZEIS.

Temos, na região, três PIUs. Entre eles, o PIU Jurubatuba, que foi aprovado recentemente na Câmara. E nós conquistamos, nesse PIU, o “Chave a Chave”, com a ajuda do Vereador Rodrigo Goulart e mais mobilização do povo. Nós mobilizamos, e ele ajuda. Inserimos no projeto do PIU Jurubatuba o “Chave a Chave”. Agora, queremos a mesma coisa no Tamanduateí. Queremos “Chave a Chave” para todos os PIUs.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. SILVIA DA BANCADA FEMINISTA – Chave na mão. Exatamente.

Você somente pode abrir mão da moradia onde você mora hoje se você tiver a chave na mão, porque remoção para ficar anos e anos num auxílio aluguel de apenas 400 reais não dá. Então, nós queremos inserir no PIU Tamanduateí também o “Chave a Chave”.

E mais, gente: nós precisamos de uma revisão da Lei de Zoneamento para o povo, um zoneamento popular. Para isso, precisamos ouvir as pessoas, realizar as audiências públicas. E a reivindicação que eu mais ouvi foi: regularização fundiária, demarcação de ZEIS. E, óbvio, também queremos a preservação do meio ambiente, porque não queremos viver numa cidade em que tudo alaga, em que as árvores são derrubadas porque estão sufocadas por uma cidade que não respeita o meio ambiente. Queremos, sim, preservação do meio ambiente, mas com moradia digna para a população. É isso.

Valeu, gente. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereadora Silvia.

Passo a palavra à Vereadora Luana Alves.

São as duas que mais pleiteiam e que mais conseguem as coisas na nossa Comissão, viu, pessoal?

A SRA. LUANA ALVES – Boa noite, companheiros. Boa noite, companheiras.

Queria saudar e agradecer a presença de todos os movimentos sociais presentes – MRFU, MTST, conselhos participativos, enfim; em especial, a Frente Nacional de Luta Campo e da Cidade, a FNL.

Eu queria muito parabenizá-los pela presença. Somente neste ano, tivemos dois processos que têm a ver com habitação e urbanismo na cidade de São Paulo. O Plano Diretor Estratégico, e, agora, o Zoneamento, que, na prática, é como se concretizasse o Plano Diretor. O Plano Diretor dá as diretrizes, e o Zoneamento é o que vai concretizar exatamente em que pedaço da cidade isso acontece.

E por que eu parabenizo vocês por virem aqui? Porque nós tivemos, no Plano Diretor Estratégico, um ciclo com dezenas de audiências públicas onde muitos de vocês estiveram presentes. E nós não vimos nenhum retorno do Executivo sobre as demandas populares. Vocês insistem em estar aqui nesse momento para dizer ao Governo o que tem que ser feito. E é muito difícil ser liderança popular, liderança de movimentos social, numa gestão, numa Prefeitura que vira as costas para as lideranças populares. Vocês têm que responder às suas bases, à população que mora na ocupação, à pessoa que vai pedir água, que vai pedir luz, que vai perguntar “Por que você me levar de novo a uma audiência pública, se eu fui faz poucos meses e não aconteceu nada, o Prefeito não veio aqui?”. Então, eu de fato os parabenizo porque vocês estão insistindo; inclusive, numa gestão que tem um Prefeito oriundo da Zona Sul – eu sei que ele nasceu e cresceu na Zona Sul. E nesse momento ele vira as costas.

Eu sei porque eu também já morei aqui na Zona Sul – morei no Reimberg. Já vi, muito antes de ser Vereadora, o tamanho da propaganda que esse Prefeito fazia, na época, como Vereador; para, num momento como esse, virar as costas para a região que pede o básico: moradia, regularização fundiária, acesso à água e a garantias de vida das pessoas.

Então, o que a gente está fazendo é muito fundamental. É pressão pública sobre o

que é direito das pessoas.

Quando a gente fala de zoneamento na zona Sul, foi trazido por muitas pessoas a questão da ZEPAM. Eu queria tratar com vocês de forma muito sincera o que acho sobre esse assunto. Eu compreendo que, de fato, a gente tem que pensar e é prioritária a preservação do meio ambiente, mas não adianta nada existir ZEPAM no papel e não se cumprir na realidade. Qual é o sentido de seguir o zoneamento da ZEPAM, sendo que tem moradia e ocupação de seres humanos. Não tem porquê manter o zoneamento de ZEPAM. É evidente que tem que virar região para as pessoas de baixa renda morarem. Para quê vai continuar ali se não tem na prática? (Palmas)

Então, gente, eu também estava comentando com meus colegas Vereadores: a Prefeitura tem técnicos ambientalistas, urbanistas, arquitetos que poderiam muito bem pensar novas formas de zoneamento.

Hoje, a maioria das pessoas que defendem o meio ambiente sabem que é possível viver em harmonia. É possível viver de forma que não agrida o meio ambiente, formas alternativas de saneamento e de coleta de lixo, formas alternativas de acesso à energia elétrica. Várias cidades têm experiência desse tipo. A própria FNL, em Maringá, no Paraná, tem uma história de uma antiga ocupação e moradia que virou uma ocupação ecológica na prática, que tem muito menos agressão ao meio ambiente. Dá para fazer. É só ter o mínimo de vontade política. É isso o que dá para fazer na zona Sul, tem toda possibilidade. É uma questão de vontade da Prefeitura que hoje não tem.

Agora, vamos defender, o pessoal sabe, eu irei, pessoalmente, com diversos outros Vereadores defender que algumas áreas que já têm ocupações virem ZEIS, mas, para isso, queremos que seja um virar ZEIS não de qualquer jeito; que seja um virar ZEIS com a população e com quem já mora naquele lugar (Palmas), porque nós não queremos que se repita o processo que é o seguinte: existe uma ocupação de moradia, que, às vezes, está num zoneamento que não é o melhor; vira ZEIS, você tira as pessoas dali, constrói prédios em outro lugar e as manda para aquele outro lugar.

Não sei se já passou pela cabeça do governo que pode ser que as pessoas queiram morar naquele exato lugar em que elas estão. Pode ser que elas não se adaptem a um lugar, um prédio, um apartamento de 39 metros quadrados. Dá para regularizar.

O que não dá para fazer é, de novo, repetir o processo histórico da cidade de São Paulo, um processo excludente, elitista e racista, de tirar as pessoas dos lugares em que elas fizeram suas casas, criaram seus filhos, têm a vaga na creche, na UBS, o acesso ao seu trabalho consolidado; o seu ritmo de vida feito. Coloca-las a alguns quilômetros de distância num apartamento de 39 metros quadrados. Isso não é dignidade. Pode ser que elas queiram ter um quintal, queiram morar numa casa. Isso também é moradia social. É importante dizer isso aqui.

A gente já teve gestões como a da Prefeitura Luiza Erundina, quando houve mutirões, por exemplo, quando as pessoas conseguiram erguer sua casa de forma mais digna no mesmo lugar em que elas estavam antes, a partir da regularização fundiária. A cidade de São Paulo já teve esse tipo de prática, esse tipo de política pública, por que não está tendo agora? Porque esta gestão serve a um interesse: o da especulação imobiliária, aos grandes empresários da construção. É para isso que está sendo feito, infelizmente, esse zoneamento, assim como foi feito o Plano Diretor.

Nós vamos batalhar nesse processo de zoneamento para que a população das periferias, para que os processos sociais sejam não apenas ouvidos, mas para que, de fato, a sua opinião crie impacto no que vai ser o projeto votado ao final.

Nós não queremos que aconteça e vamos batalhar – vocês têm o meu compromisso para isso – para que não aconteça o que aconteceu no Plano Diretor, quando, faltando alguns dias para a votação final, chegou um projeto totalmente diferente com propostas do mercado imobiliário, e foi o que foi votado no final; e, não tudo o que estava sendo construído a partir das audiências públicas.

Então, gente, é esse o compromisso que vocês têm aqui. Peço para que todos sigam acompanhando esse processo, para que as lideranças das ocupações sigam insistindo para onde haja áreas de ocupação de moradia que virem ZEIS que vão ser moradia de verdade;

moradia popular de verdade. (Palmas) A gente não quer meia ZEIS, um pouco de mentirinha. Isso vai ser muito importante para a gente, para que as pessoas consigam continuar no lugar em que elas estão e para que o HIS, habitação de interesse social, não vire um instrumento na mão do mercado.

Vou contar a vocês: eles pegam os benefícios que a Prefeitura dá para habitação social: menos impostos, uma série de coisas que deveriam pagar e não pagam, porque seria habitação para a população mais pobre, eles constroem uma quitinete de 20 metros quadrados no centro e falam que é habitação social; vendem por 500 mil reais; ganham todos os benefícios que a HIS deveria ganhar na periferia, enquanto a gente não consegue ter habitação real para a população que mora aqui; e as pessoas têm que se virar.

Então, gente, mais uma vez, parabéns.

Vamos batalhar para que tenha ampliação de ZEIS, sim, na região da zona Sul; para que tenha, se possível, um novo tipo de zoneamento que combine meio ambiente e interesse social. É plenamente possível. Têm cidades no mundo e no Brasil inteiros que fizeram isso. É possível morar de uma forma equilibrada com o meio ambiente, numa região que tenham mais áreas que não sejam impermeabilizadas, numa região, de fato, verde. Ninguém quer morar num lugar que não tenha equilíbrio com o meio ambiente. Alguém quer? Alguém gosta de morar em lugar que tenha córrego sujo? Alguém gosta de morar em lugar que não tem arborização? É ruim. Ninguém gosta. Todo mundo vai ter muito boa vontade para um novo tipo de zoneamento, talvez, que promova o equilíbrio. É muito mais efetivo que uma suposta ZEPAM, que na prática não serve de nada. Só serve para excluir e não serve nem para proteger o meio ambiente.

É isso. Parabéns aos companheiros. Parabéns ao pessoal da Ocupação Carlos Marighella. Vamos transformar em ZEIS.

- Manifestação do público.

A SRA. LUANA ALVES – Vamos fazer por meio de audiência pública e conte conosco para batalhar, para que o zoneamento, de fato, sirva à população da periferia.

É isso. Obrigada. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Muito obrigado, Vereadora Luana, Vereadora Silvia. São duas Vereadoras que contribuem muito, assim como os demais Vereadores com o processo, com as demandas, com os seus apontamentos.

Como eu fui o Relator também do Plano Diretor, alguns dos assuntos que estamos tratando aqui, nós já previmos algumas situações como essa para que agora, no zoneamento, a gente possa colocar em prática. Como bem falado pela Vereadora Luana, agora, no zoneamento, é o momento de a gente colocar tudo aquilo em prática, não somente as diretrizes que colocamos, mas aquela alteração quadra a quadra, da cidade inteira.

Alguns pontos colocados aqui, eu acredito que todos vocês conheçam a composição da verba do Fundurb. Nós ampliamos em 10%. Originalmente era de 30%, aumentamos em 10%, que serão direcionados diretamente para regularização fundiária e urbanização de favelas. E quando for necessário, a sua prioridade em áreas de risco, principalmente em R3, R4.

Nós deixamos também vários incentivos para que se construa, nessa expansão de eixo, que na verdade não é a discussão aqui, mas quando a gente vai a outras regiões da cidade, audiências infelizmente muito diferentes desta. Aqui todos os inscritos deram muitas contribuições, todos muito objetivos sobre o zoneamento, mas muito se discute a possibilidade de expansão dos eixos e, onde for necessária essa expansão, o que terá de incentivo, que se construa além do que se pode, desde que sejam habitações de interesse social. Essa foi mais uma das diretrizes que nós deixamos no Plano Diretor.

Eu discordo, em parte, principalmente da Vereadora Luana que disse que a cidade está abandonada pelo Prefeito. Discordo. Principalmente na nossa região, que ele conhece a região...

- Manifestação do público.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Pessoal, todos vocês já falaram. Se eu puder terminar a minha fala, agradeço.

Eu discordo. Cada um dos representantes das Subprefeituras sabe o quanto de trabalho temos tido em conjunto com o governo. Temos toda a atenção nessa questão da

habitação de interesse social. Sobre ZEPAM e ZEIS, eu tenho discutido muito diretamente com o Prefeito.

Nós deixamos também uma possibilidade, no Plano Diretor, para quem ainda não viu essa legislação nova, de julho de 2023, que nós discutimos à exaustão na Câmara, durante todo o primeiro semestre, a possibilidade de áreas de ZEPAM, nós conseguimos tornar ZEIS 4, principalmente na nossa região, nas bacias da Guarapiranga e da Billings. E é isso que nós estamos buscando agora. Pedi, inclusive, o auxílio das Vereadoras presentes e de outros Vereadores também que têm essa ligação com os movimentos, para que a gente possa propor, a gente não tem ainda a solução. Vocês sabem da dificuldade quando se trata de meio ambiente, mas a gente não vai esconder que é uma necessidade e que nós precisamos aproveitar esse momento da revisão do zoneamento para pensar em uma solução.

Então como a Vereadora Silvia já disse aqui, nós iremos buscar uma agenda para uma audiência pública para tratar diretamente sobre esse assunto, assim como outras específicas que temos. É fundamental a participação de vocês, trazendo essas contribuições.

Gostaria de dizer sobre todo o processo participativo. Hoje é a quarta audiência regional. Houve na Lapa, em Perus, Sapopemba e hoje aqui.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – O senhor já falou, deixa eu acabar. Por favor. Depois da audiência a gente pode conversar.

Então esta é a quarta audiência regional, e tantas outras que já realizamos na Câmara também. Serão, no mínimo, 30 audiências públicas, com a participação de cada uma das Comissões, para que a gente possa ter a participação de cada um de vocês, fora cada uma das outras formas que temos, como por internet, *hotsite* da Câmara, e também a participação virtual quando as audiências forem lá na Câmara Municipal.

Gostaria de registrar a presença também da assessoria de diversos Vereadores, como da Vereadora Jussara Basso, também vi alguns representantes da família Tatto. Quero agradecer também à assessoria que me acompanha. Quero dar um agradecimento muito

especial à Patrícia Pinheiro, gestora do CEU Vila Rubi e, em seu nome, agradecer a toda a equipe do CEU. Não vou nominar todos, porque senão posso esquecer de alguém. Mas também quero agradecer aos outros CEUs presentes. Vejo o CEU Navegantes, o CEU Três Lagos, e a todos os representantes.

Também quero agradecer à equipe da Câmara, à Secretaria da Comissão. Gostaria de fazer um cumprimento especial ao Seu Zé, motorista, que está lá atrás, acho que não está nem ouvindo, mas ele é motorista da Câmara desde 88? Acho que ele não ouviu.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Rodrigo Goulart) – Mas o Seu Zé dirigia para o Antonio Carlos Caruso. Acho que os mais erados, não vou dizer os mais velhos, que eu acompanhava o trabalho, e eu, desde criança, andava muito com o Seu Zé, pela região, também com o Carusão, com o meu pai.

Pessoal, quero cumprimentar todos, principalmente a equipe do CEU. Também o pessoal da Rede Câmara que está aí e que fez um hotsite para receber todas as demandas, todos os apontamentos da população.

Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, não sem antes convidá-los a continuar participando de todo esse processo participativo da revisão do zoneamento.

Muito obrigado a todos. Tenham todos uma ótima noite. Até a próxima audiência pública. (Palmas)